

Estabilidade poderá ser votada na quinta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Após uma semana de intensas negociações entre Centrão, esquerda, Grupo dos 32 e sindicalistas, não houve nenhuma definição a respeito da estabilidade no emprego, que deverá ser votada na quinta-feira. O Centrão defende a manutenção do direito do empregador de dispensar um empregado desde que, para isso, pague uma indenização. Os partidos de esquerda querem garantir no corpo permanente da Constituição a estabilidade no emprego. Com isso, o impasse continua.

Na quinta-feira, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Magri, declarou que se não houver acordo, os sindicalistas aceitam a proposta do Centrão.

Para isso, querem outras vantagens para o trabalhador: "Precisamos conseguir alguma coisa a mais para o trabalhador, se verificarmos que está difícil o Centrão ceder. Eles são maioria e é melhor conseguir, por exemplo, uma indenização de 50% do FGTS mais multa progressiva do que nada. Esta é a única forma de evitarmos a selvageria dos empresários. Outras fórmulas de segurança devem vir em lei ordinária", desabafou. Suas declarações, entretanto, foram mal-recebidas por seus companheiros, que descartaram qualquer possibilidade de acordo nestes termos. O representante do PT nas reuniões, deputado Paulo Paim, por exemplo, foi taxativo: Há possibilidade de acordo, mas se a palavra indenização permanecer no texto da Constituição, vamos para o voto e ganharemos.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) está convencido de que estas palavras fazem parte apenas de um discurso político que precisa ser mantido para marcar posição radical de esquerda. O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) concorda com ele e explica que "a hora não é de fazer concessões, é de mostrar posição. O acordo está praticamente fechado em torno da indenização com multa a ser negociada. Mas qualquer decisão pela esquerda só será anunciada na manhã da votação do texto, para mostrar que estão tentando tudo até o último minuto, embora saibam que ou apóiam a tese do Centrão ou uma fusão de emendas com essa tônica, ou serão derrotados".

FUSÃO

Nada menos do que 31 emendas foram apresentadas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização, em relação ao inciso 1º do artigo 7º, que trata da relação de empregos. A solução certamente sairá da fusão de algumas dessas emendas.

O texto da Comissão de Sistematização, que é defendido por PT, PDT, PCB, PC do B e Movimento de União Progressista (MUP), diz o seguinte: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: a garantia de emprego, protegido contra demissão imotivada, assim entendida a que não se fundamentar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei; falta grave, assim conceituada em lei, e justa causa baseada em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infortúnio da empresa,

de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

INDENIZAÇÃO

Das 31 emendas apresentadas ao projeto de sistematização sobre estabilidade, quatro delas traduzem os anseios do Centrão, que deseja a estabilidade no emprego mediante garantia de indenização contra demissão imotivada, nos termos da lei complementar. As propostas são dos deputados Darcy Pozza (PDS-RJ), José Geraldo (PMDB-MG) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e do senador Albano Franco (PMDB-SE). A emenda que consta do projeto do próprio Centrão foi abandonada porque propõe estabilidade no emprego após doze meses e fala em detalhes sobre a indenização. Para a maioria do grupo, o valor da indenização deve constar das disposições transitórias e, posteriormente, de lei complementar, para ser fruto de uma negociação entre as partes.

O valor dessa indenização é que, para o deputado Afif Domingos, está sendo agora objeto de negociação. Ele conversou longamente com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros, com Antônio Magri, e mesmo com outros membros do Centrão. A indenização retroativa ao início do contrato de trabalho proposta por Magri encontrou resistência junto aos empresários constituintes, como o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) que considera esta medida uma punição às empresas de baixa rotatividade, que foram as melhores empregadoras. Mas, por outro lado, contou com a simpatia de integrantes do MUP — que é considerado a ala esquerda do PMDB, tais como a deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ).

Os deputados José Geraldo, Luís Roberto Ponte e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) foram credenciados pelo Centrão para encaminhar uma fórmula junto aos demais grupos que permite a aprovação dos dispositivos referentes à estabilidade. Segundo deputados centristas, há disposição de ceder apenas quanto a algumas porcentagens, mas a base para qualquer acordo continua sendo a indenização.

O Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), quer uma proposta intermediária entre a do Centrão e a da esquerda. Trata-se da emenda do próprio Richa, que diz que "a relação de emprego será protegida contra a demissão arbitrária ou sem justa causa. Na forma da lei". Dessa forma, não se garantiria a estabilidade definitiva no emprego, como quer a esquerda, e nem se instituiria a indenização como compensação da demissão. O grupo propõe ainda que seja transferida para as disposições transitórias a questão do valor a ser pago na indenização enquanto a lei complementar não for votada. Existem propostas que variam de 20 a 50% do FGTS.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, que junto ao seu partido defende outra tese para a estabilidade, quer que haja garantia de emprego contra demissão imotivada nos termos da lei. Com isto, o senador pretende que a lei defina posteriormente se essa garantia será dada através de indenização ou de outra forma. O Centrão teme que, aprovando esta tese, a esquerda consiga depois garantia a estabilidade definitiva.

Próximo o acordo sobre propriedade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A questão da propriedade deverá ser votada no máximo até terça-feira. A opinião é do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que acredita nos progressos ocorridos nas negociações sobre o tema desde o impasse de quinta-feira. Segundo Távora, o acordo sobre o direito de propriedade depende de o Centrão aceitar a proposta de desapropriação em troca de títulos da dívida agrária, exceto no que diz respeito a benfeitorias, que seriam pagas em dinheiro.

Távora identifica resistências a acordo entre setores do Centrão e da esquerda, mas acha que a maioria dos constituintes apoiará o texto elaborado por ele próprio e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). O texto assegura o direito de propriedade sob a proteção do Estado e subordinado ao bem-estar social. A desapropriação seria feita em termos definidos pela lei ordinária, nos casos de necessidade e utilidade pública ou interesse social. Os pagamentos seriam feitos mediante "justa e prévia" indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei. No caso da reforma urbana, a desapropriação seria em espécie.

Virgílio acredita que estes pontos ficaram "razoavelmente explicitados" em reunião da qual participaram ele próprio, o líder Mário Covas (PMDB-SP) o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e os deputados Afif Domingos (PL-SP) Antônio Brito (PMDB-RS) Sandra Cavalcanti e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS). Até terça-feira, em sua opinião, estarão consolidados.



Virgílio Távora

HIPOTECA SOCIAL

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) disse que seu partido observa a propriedade no mesmo contexto que o papa João Paulo II, ou seja, "sob toda propriedade pesa uma hipoteca social". Em seu entender, um acordo sobre o tema depende de que não haja, no texto, menção à ecologia e aos recursos naturais, já que esses assuntos serão considerados em capítulo próprio.

O PDS, segundo seu líder, considera a propriedade um direito subordinado à função social. O proprietário precisa ter um mínimo de garantias necessárias à preservação de seu patrimônio ou, pelo menos, ao recebimento de pagamento justo em caso de desapropriação, disse Passarinho.